



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 23/XII/ 1.ª SL

Aos 26 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da acta n.ºs 19/XII, 20/XII e 21/XII (reuniões de 18, 19 e 21 de Outubro de 2011)

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012."

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

3. Apreciação da informação sobre a discussão conjunta dos Projecto de Resolução n.ºs 43/XII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego." e 54/XII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo o não encerramento das oficinas da EMEF da Figueira da Foz."

4. Apresentação e discussão do Projecto de Resolução n.º 102/XII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo o aprofundamento do regime legal que regula a actividade prestamista, a intensificação e alargamento dos actos fiscalizadores e a disponibilização de formação no âmbito da Defesa do Consumidor."

5. Requerimento do PS para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre a renegociação dos contratos de concessões rodoviárias.

6. Requerimento do PS para audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, sobre a renegociação dos contratos de concessões rodoviárias.

7. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da acta n.ºs 19/XII, 20/XII e 21/XII (reuniões de 18, 19 e 21 de Outubro de 2011)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 23/XII/ 1.ª SL

No primeiro ponto da ordem do dia, foram aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV as actas n.ºs 19/XII, 20/XII e 21/XII, relativas às reuniões da Comissão de 18, 19 e 21 de Outubro de 2011.

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012."

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) apresentou sucintamente o parecer sobre a área da economia e obras públicas da Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2012”, tendo esclarecido tinha optado por não expressar aí opinião do relator. O relator argumentou que só se os cortes nos subsídios de Natal e de férias forem definitivos e não temporários que é o corte na despesa representará 2/3do ajustamento estrutural e criticou o aumento dos consumos intermédios face ao acordado no Memorando de Entendimento. Depois de referir que o Orçamento do Estado não se fez acompanhar dos programas e medidas que implicam encargos plurianuais para os próximos três anos, criticou as previsões macroeconómicas para 2012. Informou também que o seu grupo parlamentar iria apresentar medidas alternativas às que constam do Orçamento do Estado, pronunciou-se contra o aumento do IVA na restauração e expressou preocupação com a previsão da taxa de desemprego para 2012. Concluiu, criticando o Ministro da Economia e do Emprego e afirmando que não se vislumbrava, no orçamento sectorial deste Ministério, qualquer estratégia de dinamização da economia ou de promoção de crescimento económico.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Encarnação (PSD), para chamar à colação as responsabilidades do anterior Governo do PS e questionar sobre quais as alternativas que o PS pretende apresentar; Agostinho Lopes (PCP), para defender que estes pareceres só têm significado que neles constarem a opinião do relator; e Catarina Martins (BE), no mesmo sentido.

Respondeu o relator, reiterando os argumentos utilizados na apresentação do relatório e frisando que a proposta de lei do Orçamento do Estado tem medidas extraordinariamente recessivas.

Também intervieram a este respeito os Senhores Deputados Pedro Pinto (PSD) para recordar a importância do PS para a discussão do Orçamento do Estado e esclarecer que o corte de subsídios é uma medida temporária e não definitiva; João Paulo Viegas (CDS-PP), para



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 23/XII/ 1.ª SL

recentrar a discussão na apreciação do parecer sobre a proposta de lei e não no conteúdo da proposta de lei em si; Luís Menezes (PSD), para fazer a comparação com o Orçamento do Estado para 2011 e enaltecer a importância do debate político em comissão, através da opinião do relator; e Paulo Campos (PS), para criticar a intervenção do Deputado Pedro Pinto.

A todos tornou a responder o relator, lembrando que o parecer versa a conformidade da proposta de lei, e é isso que é votado, cabendo ao relator exprimir ou não a sua opinião, podendo ainda exprimi-la no relatório ou de outro modo.

Submetida à votação, foi a parte I do parecer aprovada, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE, e a parte III aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Apreciação da informação sobre a discussão conjunta dos Projecto de Resolução n.ºs 43/XII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego" e 54/XII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo o não encerramento das oficinas da EMEF da Figueira da Foz."

O Senhor Presidente referiu que a informação tinha sido distribuída antecipadamente e, se não houvesse qualquer proposta de alteração, seria enviada à Senhora Presidente da Assembleia da República, para os efeitos tidos por convenientes.

4. Apresentação e discussão do Projecto de Resolução n.º 102/XII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo o aprofundamento do regime legal que regula a actividade prestamista, a intensificação e alargamento dos actos fiscalizadores e a disponibilização de formação no âmbito da Defesa do Consumidor."

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) fez uma breve apresentação do Projecto de Resolução n.º 102/XII/1.ª, lembrando que a sua génese se encontrava na petição n.º 154/XI/2.ª, que tinha sido apreciada pela Comissão e da qual tinha sido relatora. Recordou que da apreciação dessa petição revelou-se existir algumas matérias que necessitariam de ser aprofundadas, em especial no que toca à protecção dos potenciais mutuários, de modo a garantir uma relação negocial mais transparente, nomeadamente quanto à taxa de avaliação, à fixação das taxas de juro, e o valor dos remanescentes, entre outras.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 23/XII/ 1.ª SL

Usaram da palavra os Senhores Deputados Eduardo Teixeira (PSD), para lembrar a disponibilidade apresentada pelo PSD, aquando da apreciação da petição n.º 154/XI/2.ª, para constituição de um grupo de trabalho sobre a matéria e para reconhecer a existência de problemas tanto nesta área como na de compra e venda de ouro e Agostinho Lopes (PCP), para concordar com as recomendações expressas no PJR em apreciação.

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) concluiu a discussão, fazendo a distinção entre a actividade prestamista e a de compra e venda de ouro e defendendo que a constituição do grupo de trabalho é mais necessária para avaliar esta última actividade, que sobre de deficiente regulação, do que a prestamista.

5. Requerimento do PS para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre a renegociação dos contratos de concessões rodoviárias.

Por solicitação do PS, os pontos 5 e 6 da ordem do dia foram apreciados imediatamente a seguir ao ponto 1 da ordem do dia.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) começou por esclarecer que o PS não tinha dado assentimento no dia anterior para introdução do requerimento oral do PSD na ordem do dia e também não o estava a dar nesse momento; ao que o Senhor Presidente respondeu que, no final da reunião do dia anterior, tinha percebido que, não havendo acordo para discussão e votação do requerimento oral do PSD nessa altura, o mesmo seria incluído na ordem do dia da presente reunião e essa mesma ordem do dia só não tinha sido formalmente alterada devido ao curto espaço de tempo que mediou entre as duas reuniões. De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) referiu que no dia anterior o seu grupo parlamentar não tinha percebido bem o conteúdo do requerimento do PSD e, se fosse o mesmo do requerimento do PS, bastaria votar este, se não fosse, seria apresentado um requerimento escrito.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Carina Oliveira (PSD), para apelar ao bom senso para ultrapassar esta questão, uma vez que todos tinham ficado com a impressão de que o requerimento oral do PSD seria votado na reunião de hoje; Basílio Horta (PS), para reiterar que no dia anterior o PS tinha revelado abertura para que o PSD pudesse aderir ao requerimento do PS, uma vez que ambos são sobre a mesma matéria, e reiterou disponibilidade para que o requerimento do PS passasse a ser um requerimento conjunto de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 23/XII/ 1.ª SL

ambos os grupos parlamentares, disponibilizando-se a fazer algumas rectificações à sua redacção, se necessário; e Luís Menezes, na sequência desta intervenção, para informar que até ao final da reunião seria apresentada então uma alteração à redacção do requerimento do PS.

Depois de apresentado uma versão alterada do requerimento do PS, ao qual foram aditadas as assinaturas de Deputados do PSD, foi o agora requerimento conjunto para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Neste momento, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) informou que tinha entregue no início da reunião um requerimento solicitando mais documentação sobre as negociações com a Euroscut e o grupo Ascendi.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), sugerindo o alargamento do âmbito dessa documentação a todas as negociações, e Luís Menezes (PSD), sugerindo que fosse solicitada também documentação das negociações em curso.

Respondeu o Senhor Presidente que o requerimento do BE seria cumprido enquanto tal e que quaisquer outros pedidos de documentação terão de ser feitos por escrito, para evitar duplos entendimentos.

6. Requerimento do PS para audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, sobre a renegociação dos contratos de concessões rodoviárias.

O Senhor Deputado Basílio Horta (PS) apresentou e fundamentou o requerimento para ouvir o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares com o facto de ter pedido documentação ao InIR quando não tutelava a área das obras públicas, razão pela qual o seu grupo parlamentar solicita explicações sobre essa situação. Concluiu que a votação deste requerimento tem efeitos políticos e, se nada houver a esconder, o requerimento será votado favoravelmente.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Carina Oliveira (PSD), para referir que a coordenação interministerial é competência própria do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e que o seu grupo parlamentar pretende é esclarecer os factos e matérias



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 23/XII/ 1.ª SL

relacionados com a renegociação dos contratos e não estes *fait divers*; e João Paulo Viegas (PSD), para acompanhar este entendimento.

Respondeu o Senhor Deputado Basílio Horta (PS), para lembrar que o Senhor Ministro também tutela a comunicação social e a ligação entre as notícias que saíram para a comunicação social e a informação que o Ministro passou a ter era demasiado nítida. Concluiu argumentando que a não vinda do Ministro à Comissão era uma confissão implícita de que teria algo a esconder.

A este propósito, a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) tornou a usar da palavra para realçar a transparência do actual governo e afirmar que o PS queria desviar as atenções dos verdadeiros problemas.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

7. Outros assuntos

Nada houve a tratar neste ponto da ordem do dia.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 31 de Outubro de 2011.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 23/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Basílio Horta
Bruno Dias
Eurídice Pereira
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Luís Leite Ramos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Serrasqueiro
Pedro Saraiva